

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.039 - RS (2018/0345779-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

EMBARGANTE : MAURO LONDERO HOFFMANN

ADVOGADOS : MARIO LUIS LIRIO CIPRIANI E OUTRO(S) - RS039461

BRUNO SELIGMAN DE MENEZES - RS063543

ADRIANO FARIAS PUERARI - RS088802

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMBARGADO : ASSOCIACAO DOS FAMILIARES DE VITIMAS E SOBREVIVENTES DA TRAGEDIA DE SANTA MARIA - AVTSM

ADVOGADO : RICARDO FERREIRA BREIER E OUTRO(S) - RS030165

INTERES. : ELISSANDRO CALLEGARO SPOHR

ADVOGADOS : JADER DA SILVEIRA MARQUES E OUTRO(S) - RS0039144

LEONARDO SAGRILLO SANTIAGO - RS082784

INTERES. : LUCIANO AUGUSTO BONILHA LEAO

INTERES. : MARCELO DE JESUS DOS SANTOS

ADVOGADOS : GILBERTO CARLOS WEBER - RS053594

OMAR DE TARSO OBREGON E OUTRO(S) - RS038829

AGRAVANTE : MAURO LONDERO HOFFMANN

ADVOGADOS : MARIO LUIS LIRIO CIPRIANI E OUTRO(S) - RS039461

BRUNO SELIGMAN DE MENEZES - RS0063543

ADRIANO FARIAS PUERARI - RS0088802

AGRAVANTE : ELISSANDRO CALLEGARO SPOHR

ADVOGADOS : JADER DA SILVEIRA MARQUES E OUTRO(S) - RS0039144

LEONARDO SAGRILLO SANTIAGO - RS0082784

AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGRAVADO : ASSOCIACAO DOS FAMILIARES DE VITIMAS E SOBREVIVENTES DA TRAGEDIA DE SANTA MARIA - AVTSM - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

ADVOGADO : RICARDO FERREIRA BREIER E OUTRO(S) - RS030165

Superior Tribunal de Justiça

INTERES. : LEONES DE JESUS BRUM DE OLIVEIRA -
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : NERI MACHADO PEREIRA - ASSISTENTE DE
ACUSAÇÃO

ADVOGADO : PEDRO GONÇALVES BARCELLOS JUNIOR -
RS077885

INTERES. : SHELEN ROSSI - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : BRUNA KAROLYNA DOS SANTOS DUTRA -
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : CARINA ADRIANE CORREA GARCIA - ASSISTENTE
DE ACUSAÇÃO

ADVOGADOS : BIANCA BUBOLS DOS SANTOS E OUTRO(S) -
RS083402
ALVARO EDISON NOZARI - RS005566

INTERES. : IZABEL CRISTINA MOREIRA MACEDO -
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : JOSE INOCENCIO BARBOSA MACEDO -
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

ADVOGADO : NILTON MARINHO PEREIRA - RS0006253

INTERES. : RITA MARIA STEFFEN THIELE - ASSISTENTE DE
ACUSAÇÃO

INTERES. : FRANCISCO ELOI THIELE - ASSISTENTE DE
ACUSAÇÃO

ADVOGADOS : ANDERSON MANTEI E OUTRO(S) - RS028176
LEOPOLDO JUSTINO GIRARDI E OUTRO(S) -
RS046006

INTERES. : MICHELE BAPTISTA ROCHA SCHNEID -
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : BRUNA CLAUSSEN - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : PAULO ROBERTO MACHADO - ASSISTENTE DE
ACUSAÇÃO

ADVOGADOS : CRISTIANO BORGES URACH E OUTRO(S) -
RS065536
BIANCA BUBOLS DOS SANTOS - RS083402

INTERES. : JACQUELINE MEDIANEIRA DE LIMA MACHADO -
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : MARINES SOARES VICTORINO - ASSISTENTE DE
ACUSAÇÃO

INTERES. : CARLOS ALBERTO FAVARIN - ASSISTENTE DE
ACUSAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

INTERES. : SANDRA KARSTEN FAVARIN - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

ADVOGADOS : CRISTIANO BORGES URACH - RS065536
VINICIUS DE SOUZA JENSEN - RS089465

INTERES. : MARIA CRISTINA DE ABREU ALTISSIMO GONCALVES - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : HUGO DA CUNHA FERNANDEZ GONCALVES - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : INOCENCIO DA CUNHA FERNANDEZ GONCALVES - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : PATRICIA TEIXEIRA GONCALVES - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

ADVOGADO : NILTON MARINHO PEREIRA - RS006253

INTERES. : ISABEL DOS REIS RODRIGUES - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

ADVOGADOS : BIBIANA BATISTA VELLOSO - RS0085287
PEDRO MISAEL DA SILVA CORRÊA - RS061996

INTERES. : RODRIGO DA COSTA MENDES MUNIZ - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

ADVOGADOS : TAILAH BLASKOWSKI PONSI - RS088761
RICHARD DA SILVEIRA MAICÁ E OUTRO(S) - RS089061
VICTOR NICOLA TORBITZ - RS092090

INTERES. : JORGE LUIS BRANDAO MALHEIROS - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : TANIA MARIA DE LIMA MALHEIROS - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : ADEMAR TIBOLA CARABAGIALLE - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : ELUIZA TURCATO CARABAGIALLE - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : LIANE WILLERS - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : ANTONIO CARLOS CECHINATTO - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : SORAIA TEREZINHA AMARO CECHINATTO - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : DARCI ANDREATTA - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : ELIZETE TEREZINHA NUNES ANDREATTA - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

INTERES. : FRANCISCO HUMBERTO WILLERS - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADOS : AMADEU DE ALMEIDA WEINMANN - RS005962
RENAN DA SILVA MOREIRA E OUTRO(S) - RS084027
INTERES. : FLAVIO JOSE DA SILVA - ASSISTENTE DE
ACUSAÇÃO
ADVOGADOS : RODRIGO DIAS DE MOURA - RS087648
LARISSA BESSAUER NASCIMENTO E OUTRO(S) -
RS094194
INTERES. : ADHERBAL ALVES FERREIRA - ASSISTENTE DE
ACUSAÇÃO
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO SCHERER SMANIOTTO E
OUTRO(S) - RS0051512

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. INCÊNDIO NA **BOATE KISS**. HOMICÍDIOS CONSUMADOS E HOMICÍDIOS TENTADOS. DUPLAMENTE QUALIFICADOS, POR MOTIVO TORPE E POR EMPREGO DE MEIO CRUEL (FOGO E ASFIXIA). PRONÚNCIA. MATERIALIDADE COMPROVADA E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DOLO EVENTUAL NA CONDUTA DOS RÉUS. COMPATIBILIDADE COM O CRIME DE HOMICÍDIO TENTADO. QUALIFICADORAS AFASTADAS. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE. EMPATE NA VOTAÇÃO. PREVALÊNCIA DA DECISÃO MAIS FAVORÁVEL AOS ACUSADOS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA DELITOS QUE NÃO SÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. ART. 615, § 1º, DO CPP. INAPLICABILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA COM OS ARTS. 74, § 1º, E 413, AMBOS DO CPP. *JUDICIUM ACCUSATIONIS*. MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA, EM CONSONÂNCIA COM O DECIDIDO NA DECISÃO DE PRONÚNCIA, OBSERVADA A EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Consoante o disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, a oposição de embargos de declaração enseja, em síntese, o aprimoramento da prestação jurisdicional, por meio da retificação do julgado que se apresenta omissa, ambíguo, contraditório ou com erro material. São inadmissíveis, portanto,

quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam, em essência, o rejugamento do caso.

2. O acórdão embargado não foi obscuro, omissos nem contraditórios, haja vista que a apreciação dos recursos especiais do MPMS e da AVTSM ocorreu em face da observação de todos os requisitos de admissibilidade recursal. Tampouco houve infringência ao disposto nas Súmulas n. 283 e 284 do STF e n. 7 do STJ.

3. Em relação ao princípio *in dubio pro societate*, é certa a sua densa aplicação em julgados referentes à fase de pronúncia do Tribunal do Júri, consoante a jurisprudência dos Tribunais Superiores, com minha pessoal ressalva. Assim, a questão tem-se resolvido a favor da aplicação do mencionado brocardo latino, o que, todavia, não foi o fundamento para a confirmação da competência do Conselho de Sentença no caso concreto, mas, sim, a suficiência de indícios de autoria de crime doloso, mediante indicação de elementos de convicção aportados aos autos do processo.

4. Em julgamento dos embargos infringentes e de nulidade, opostos após recurso em sentido estrito, no qual houve voto favorável ao réu, o empate na votação não autoriza a aplicação do disposto no art. 615, § 1º, do CPP, favorável aos acusados, sem efetuar a interpretação sistemática com os arts. 74, § 1º, e 413, ambos do mesmo diploma legal, e sem afastar, analiticamente, as conclusões diversas a que chegaram os julgamentos anteriores, quanto à materialidade dos fatos e à existência de indícios suficientes de autoria.

5. É compatível com a imputação de homicídio tentado o dolo eventual atribuído à conduta. Precedentes.

6. Recursos especiais parcialmente providos para reformar o acórdão do TJRS proferido nos embargos infringentes e de nulidade, que desclassificou os delitos para outros que não aqueles da competência do Tribunal do Júri, com vistas a manter a decisão de pronúncia quanto à tipicidade subjetiva das condutas praticadas pelos réus (homicídios dolosos, consumados e tentados), mantida, todavia, a parte do *decisum* que afastou as duas qualificadoras mencionadas nos autos.

7. Resumindo-se a irresignação do embargante ao seu mero inconformismo com o resultado do julgado, que lhe foi desfavorável, não há nenhum fundamento que justifique a

Superior Tribunal de Justiça

oposição dos aclaratórios, os quais se prestam tão somente a sanar eventual omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade do *decisum*, e não a reapreciar a causa.

8. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**